

A imprensa moçambicana e o discurso anticolonial.

JOSILENE SILVA CAMPOS *

Na consolidação do estado colonial, as suas forças são focalizadas no domínio da terra e dos bens econômicos produzidos por ela, além do controle do colonizado, assegurando-se sua exclusão de toda a liberdade civil. A defesa da condição de privilégio da minoria branca era efetivada por uma política de domínio pela força, de discriminação, repressão, apropriação das riquezas e exploração do trabalho. Feita sempre por intermédio da violência legitimada pelo estado colonial e seu discurso usado como um de seus aparatos de poder. “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e intrusão” (BHABHA, 1998, p.111).

Diante dessa situação o descontentamento das populações submetidas ao colonialismo se manifestou em diversas formas de resistência, dentre as quais: táticas de guerrilha, banditismo social, guerras abertas, movimentos messiânicos, ataques às sedes coloniais, movimentos de reafirmação cultural, greves, além das inúmeras resistências cotidianas (HERNANDEZ, 1999, p.47). Uma importante força de contestação (no sentido de organização política) com relevante impacto social foi formada pelos trabalhadores urbanos, que se reuniram em associações, sindicatos ou simples grupos coletivos. Muitos desses trabalhadores realizaram sabotagem de máquinas, promoviam paralisações, reivindicavam melhores condições de trabalho e denunciavam a exploração. Suas atitudes representavam e catalisavam um sentimento anticolonial.

Dentre as diversas formas de resistência ao colonialismo português além das acima mencionadas, em Moçambique, os jornais impressos foram um dos mais efetivos e presentes instrumentos usados para a exposição das ideias anticoloniais. Os jornais são importantes fontes de ressonância do pensamento social, representam valores, desejos, aspirações. Foi um importante lugar de resistências exercidas de diferentes formas, se

* Universidade Estadual de Goiás; Doutoranda em História Social. Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa intitulado: Elites moçambicanas e o discurso anticolonial presente nos jornais: O Africano (1909 -1919) e O Brado Africano (1918-1935).

modificando ao longo do tempo refletindo as realidades históricas requeridas naquele momento. A escrita jornalística foi uma das formas mais usadas entre os intelectuais moçambicanos para fazer suas ideias circularem entre a população, entre seus pares e outros intelectuais das demais colônias. Será parte dessa intelectualidade de letrados os responsáveis pelos posteriores movimentos nacionalistas e pelas lutas de libertação nacional

Laranjeira (2011) ressalta a importância das elites no desenvolvimento da identidade nacional em Moçambique. Para Francisco Noa, essas elites “desenvolveram uma marcante intervenção associativa e jornalística através da qual se insurgiram contra as arbitrariedades e as injustiças geradas pela colonização” (2008, p. 36) Essa perspectiva também é encontrada na ideia de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (1989) que realça o papel primordial das primeiras gerações de *Intelligentsia* na construção de uma identidade nacional em todas as colônias cuja nação é posterior ao Estado, instalado pelos poderes coloniais. Anderson se refere ao papel importantíssimo das primeiras gerações de *Intelligentsia* nos territórios colonizados, por terem transmitido e aplicado as ideias nacionalistas, convertendo, assim, uma unidade administrativa sem raízes naturais criada pelos poderes imperiais, em pátria e num território nacional.

Um dos meios preferencialmente usados pelas elites letradas para a disseminação do seu pensamento foi a imprensa, especialmente os jornais escritos. Francisco Noa ao considerar a realidade de Moçambique no que tange ao desempenho da imprensa na construção do nacionalismo, afirma que a mesma foi de fundamental relevância por “ter funcionado como o grupo de pressão mais importante antes da independência” (2008, p. 36). Em consonância com esse pensamento Leila Hernandez também pontua o papel fundamental da imprensa como meio privilegiado de transmissão de ideias. Segunda a autora, a imprensa,

Tem o papel de unir as pessoas, estabelecendo relações de solidariedade com os leitores, ao apresentar problemas que lhes dizem respeito de forma mais ou menos direta. Por outro lado, deve-se considerar também o papel que a imprensa ocupa ao reforçar o vínculo entre intelectuais de diferentes doutrinas produzidas na Europa Ocidental. (HERNANDEZ, 2002, p.127).

Patrick Chabal (1994) afirma que foi de fundamental importância a contribuição dos irmãos Albasini, de Karel Pott e outros por promoverem debates e publicações, relacionados a Moçambique e a situação colonial. A imprensa “representa a mola

mestra na formação do primeiro reduto capaz de criar uma atmosfera capaz de romper o silêncio imposto pela máquina colonial” (OLIVEIRA, 2008, p.27). Junto com a imprensa, especialmente os jornais e as revistas, vai se formar um importante grupo que terá o papel primordial de dar vazão a um desejo de liberdade. Para Mia Couto na primeira metade do século XX, “nascia em Moçambique uma corrente de intelectuais ocupados em procurar a moçambicanidade. Já era, então, clara a necessidade ruptura com Portugal e os modelos europeus.” (COUTO, 2005:104).

A imprensa em Moçambique inicia-se quando da instalação do *Boletim Oficial* em 1854. Posteriormente as categorias vão se diversificando (rádio, jornais, revistas) e passam a assumir um importante papel dentro da história de Moçambique. A presença desse tipo de mídia em Moçambique data de 1869 com o periódico *O Progresso*. O processo criativo, editorial e de circulação com o passar do tempo passam a ficar na integralidade nas mãos de uma elite intelectual. A partir desse marco os jornais passam a ser um dos principais veículos de idéias de contestação a ordem colonial e posteriormente de libertação e independência colonial.

Dentre essas produções podemos destacar os jornais *O Africano* e *O Brado Africano* como importantes estandartes desse tipo de imprensa. Será em 1908, que os irmãos José e João Albasini vão fundar o seu próprio jornal, intitulado *O Africano*. A finalidade de acordo com o editorial de abertura do primeiro número era atender aos interesses do grupo de mestiços contra as formas de opressão e discriminação. Sobre este Jornal, Mario Pinto de Andrade explica que o mesmo “[...] coloca-se numa posição de combate, enquanto unificador dos interesses dos diversos segmentos sociais opostos ao poder” (1997:108). O jornal irá exercer uma “ação constante de luta, denúncia e crítica da ação colonial” (ZAMPARONI, 1988:79). O periódico posteriormente foi vendido ao padre José Vicente do Sacramento, e teve sua linha editorial alterada. Sobre a criação do jornal *O Africano* Ana Mafalda Leite, afirma que,

“Em 1908, no intuito de dar forma concreta ao associativismo entre nativos, este grupo veio a fundar o seu próprio jornal, intitulado O Africano. A finalidade era atender os interesses do grupo e da população negra contra as novas tendências discriminatórias. O nativismo atinge nessa altura, um alto grau de consciência [...] Pela natureza do projeto e similaridade da situação em que ocorreu, a publicação de

O Africano, em 1908 é o culminar de um protesto mais vasto, encetado pelos nativos contra a subalternização para que estavam sendo submetidos, desde finais do século XIX.” (2008, p.65).

O Africano trabalhava com sua própria tipografia, recebia parte das verbas necessárias para a sua manutenção da maçonaria. Era dirigido por mulatos (irmãos Albasine) e constava em uma parte de sua edição texto em uma das línguas locais o Ronga. Já no seu primeiro editorial dizia-se a favor da instrução. Elídio Rocha (2000) afirma que este jornal em meados da década de 20 vai alterando sua circulação e sua linha editorial. É em meio a desacordos referentes a essas alterações que o periódico foi vendido a um dos sócios o padre Vicente. Ainda de acordo com o autor o periódico, “não se apresenta como jornal político ou reivindicativo, [...] é por outro lado, também, mais um factor para a afirmação da nascente burguesia local.” (ROCHA, 2000, p.91)

Após a venda de *O Africano*, os irmãos Albasini vão fundar em 1919 o Jornal *O Brado Africano*. De acordo com Ilídio Rocha, a publicação era “de frequência semanal, apresentou-se com a mesma fórmula de *O Africano* inicial, quer dizer, como um periódico dirigido a população mestiça e aos poucos negro (...) (ROCHA, 2000, p.121)”. A publicação tinha ligações diretas com o Grêmio africano, constava inclusive que era propriedade dessa organização.

Maria Aparecida Santilli nos mostra outro aspecto que precisa ser considerado, argumenta que o jornal *O Brado Africano* se destaca por seu importante papel em difundir uma poesia de cunho contestatório. Caberia então a esse periódico, principalmente a partir de seu suplemento *O Brado Literário* receber a produção de importantes escritores, “onde começam as manifestações nacionalistas, suporte da resistência cultural e dos ideais de independência política que se expandiram progressivamente até a luta de libertação nacional”. (SANTILLI, 1985: 28). Foi considerado um dos importantes canais de divulgação da produção literária local ao contar com a publicação das poesias dos principais escritores de Moçambique tais como Noemia de Souza e José Craverinha.

O Brado Africano, pelo menos a publicação com esse nome ficou suspensa por dois meses em virtude de uma sentença jurídica do Tribunal da Relação. Neste meio tempo publicou-se *O Clamor Africano* que continuava propriedade da mesma instituição e

sob a direção da mesma pessoa, José Albasini. Segundo Hohlfeldt e Grabauska (2010) foram doze edições, de 12 de dezembro de 1932 a 25 de fevereiro do ano seguinte, durante cerca de dois meses. Posteriormente volta a ser publicado com o nome de *O Brado Africano* até o ano de 1974, passou por uma série de alterações e mudanças ideológicas. Conforme pontua Hohlfeldt e Grabauska,

Seja como for, o Grêmio Africano transforma-se em Associação Africana de Lourenço Marques e continuará editando o jornal até 1974. A partir de 1958 o jornal foi entregue, em concessão, a Aurélio Ferreira, que deixara de ser o chefe de redação do *União*, órgão da União Nacional [...]. Ao que parece, neste período, até 1974, o jornal teria alinhado definitivamente à ditadura salazarista. O Grêmio Africano chegou a receber verbas para aquisição de terreno e construção de sua sede própria e financiamentos com a mesma finalidade. (HOHLFELDT e GRABAUSKA, 2010, p.8)

A importância de tais periódicos é incontestável, no que tange a ideia de contestação colonial merece destaque *O Brado Africano* especialmente na década de 40 e 50 com as suas publicações de cunho literário. Entretanto, vale observar que por mais que os jornais considerem ter uma linha editorial progressista ele responde ao seu tempo e aos seus leitores. Essa observação é necessária para darmos a essas publicações o peso e a importância que são devidos. Acreditamos não ser necessário forçar uma interpretação e incluí-los na perspectiva de jornais libertadores, anticolonialistas e independentistas especialmente se nos atermos em *O Africano* e a última fase de *O Brado Africano*.

Sobre a linha editorial dos jornais supracitados, Elídio Rocha em sua obra *Imprensa de Moçambique História e Catálogo (1854 – 1975)* ao fazer referência aos dois periódicos tece críticas contundentes tanto ao alinhamento editorial quanto ao público alvo. O autor afirma que os mesmos descendem de uma elite de mestiços que fora educada dentro e fora de Moçambique e que ocupavam cargos de relativa importância no funcionalismo. Dessa maneira seus posicionamentos contestatórios não têm identificação com os nativos trabalhadores de Moçambique que em sua ampla maioria não tem domínio da língua, especialmente a escrita.

“teve sempre um ponto de vista que em nada diferia do dos brancos seus contemporâneos ali radicados ou em vias de radicarem, ou seja, um ponto de vista colonial, como aqueles pugnando pelo desenvolvimento pelo desenvolvimento econômico e social do território, mas sempre numa perspectiva eurocentrista.” (ROCHA, 2000, p.122).

Os dados recolhidos para a realização desta pesquisa são frutos da consulta a 53 exemplares de *O africano* dos anos de 1909 e 1919, e 61 exemplares de *O Brado Africano* de 1918 a 1935. Os levantamentos realizados possibilitaram perceber poucas mudanças editoriais ocorridas entre os dois periódicos em parte porque ambos pertencem aos mesmos donos, os irmãos Albasini, exceto quanto os periódicos deixam de ser editados pelos mesmos alterando completamente sua linha. Os jornais trazem em seu conteúdo uma tendência contestadora da situação colonial com uma série de denúncias, acusações e críticas ao governo. Mas o fato das publicações apresentarem tais características, não podem ser confundidas como um veículo de propagação do ideal anticolonial ou independentista, pelo menos não na perspectiva nacional de quem vislumbraria um estado-nação.

Para melhor elucidação da ideia exposta, a critério de exemplificação vamos demonstrar algumas passagens com temáticas variadas que em um primeiro momento parece dever de uma ideia progressista, mas ao analisarmos, observamos que existe uma profunda diferença entre criticar a metrópole em virtude das consequências de uma determinada situação e criticar a situação em si. Temas como a educação, agricultura e realidade dos trabalhadores são assuntos constantes mas sempre vistos como pouca reflexão do que promove aquele cenário. Ou seja, a situação colonial não é questionada, a crítica a metrópole não é acompanhada pelo desejo de libertação dessa metrópole, ao contrário, os posicionamentos muitas vezes demonstram o desejo da concretização do projeto colonial proposto por Portugal.

Ao contrário do que demonstra alguns estudos, o jornal *O Africano* não tinha um viés anticolonial e muito menos independentista. Não há um questionamento em relação a colonização ou a relação de violência e subalternização a que a colônia de Moçambique é submetida. Justifica-se a colônia e defende-se a ideia de que elas são uma pedra fundamental no próprio entendimento do que seja Portugal. A imagem abaixo é o trecho da reportagem *Não descuremos a Educação* publicada no *O Africano* em 16 de junho de 1915 nela, o questionamento realizado a Portugal não é sobre a colonização em si, mas a falta de investimento na manutenção da colonização que deveria ser realizado especialmente com fomento a educação. Em um trecho da reportagem temos a seguinte passagem:

(...) As colônias são presentemente, a grande razão da existência de Portugal constituem o seu melhor braço; são as grandes artérias que lhe alimentam a vida. Se ele, hoje, não as alimenta com cautela e com carinho extremos, amanhã morrerá, elas serão as primeiras a ocasionar-lhe uma morte inglória. A instrução é o alimento mais profícuo que Portugal pode e deve ministrar as suas colônias [...] As nações tem nos olhado com olhos cobiçosos [...] os motivos da sua cobiça são nossas colônias. Se nós não semearmos nelas instrução, se não as aportuguesarmos elas deixarão ser nossas, deixarão de nos pertencer.(...). (O AFRICANO, 16 de junho de 1915, p.3).

Figura 1 – Reportagem do jornal *O Africano* sobre a instrução



Fonte: O Africano 16 de junho de 1915, p.3.

A questão da instrução foi um tema constante nos dois jornais. A defesa da educação era permanentemente estampada nas páginas. Defendiam que por intermédio da qualificação profissional ocorreria uma melhoria no trabalho com maior produtividade. Seria, portanto, um caminho para a evolução dos nativos especialmente para as mulheres a civilização passaria obrigatoriamente pela educação. A instrução seria o principal instrumento para a consolidação de um projeto português do além mar.

Em *O Brado Africano* de 5 de agosto de 1933 nos deparamos com uma curiosa reportagem intitulada *Em prol da Instrução e civilização do nativo* que no primeiro olhar pareceria mais uma das inúmeras reportagens sobre a importância da instrução em Moçambique. Contudo, a medida que a leitura avança podemos perceber que além da defesa a educação e a colonização portuguesa havia um claro sentimento antiárabe de rejeição total a essa cultura, considerado pelo jornal uma ameaça a colônia portuguesa. O trecho abaixo descrito enfatiza tal pensamento:

Prometemos mais de uma vez não largarmos de mão esse assunto enquanto as autoridades escolares se conservem indiferentes no que vai por essa colônia afora (...) onde a nacionalização do nativo pelas missões árabes atinge proporções cada vez maiores.

O distrito de Moçambique ainda hoje continua a ser moralmente árabe, pela religião e pelos costumes dos seus naturais. Quem o visitar por alto custa-lhe acreditar que aquilo seja uma terra portuguesa.

É de absoluta necessidade a exterminação da civilização árabe na colônia de Moçambique para não passarmos pela vergonha perante as outras nações coloniais que não permitem de modo algum que nas suas colônias haja mil civilizações.

Por isso em Moçambique também deve haver uma única civilização, uma única língua – a língua portuguesa; os usos e costumes portugueses, enfim, a civilização portuguesa. (O BRADO AFRICANO, 5 de agosto de 1933, p.4).

Figura 2 – Reportagem de O Brado Africano sobre a importância da Instrução.



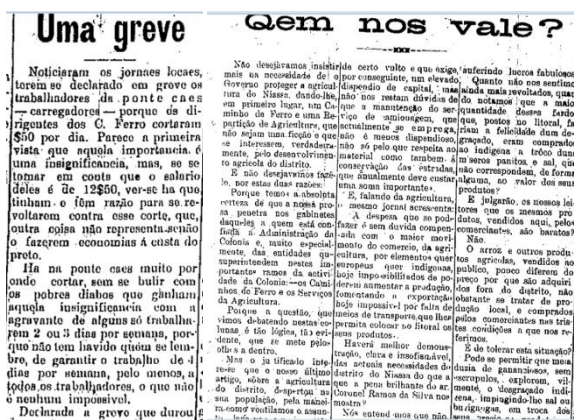
Fonte: O Brado Africano 5 de agosto de 1933, p.4.

Outro tema que frequentemente ocupou as páginas das publicações diz respeito a questão do álcool. Em algumas reportagens como nos fragmentos apresentado abaixo, o álcool era tratado como um grande problema que assolava os nativos. O posicionamento do jornal chega parecer uma campanha contra o vinho colonial e a embriaguez que, conforme argumentavam atrapalhava o trabalho e contribuía para a decadência dos nativos. Na matéria *Fins da luta Anti-alcólica* existe uma defesa de que a única bebida essencial e de importância para o homem é a água e que o álcool é apenas uma forma de destruição.

Na reportagem nomeada *Syndicato de Vergonha Limitada!* Apesar de estar discorrendo sobre a intenção da abertura de uma casa de prostituição, o assunto do álcool vem

dos territórios ingleses (...). O que se defende é uma maior presença do estado colonial e que essa presença seja expressiva para que se possa ter uma competição a altura do império colonial britânico.

Figuras 5 e 6 - Reportagem sobre a greve de trabalhadores e sobre o problema de transporte da produção de Niassa.



Fonte: *O Brado Africano*, 5 de agosto de 1933, p.3. Fonte: *O Brado Africano*, 30 de junho de 1934, p.5

A analisarmos as reportagens dos dois jornais, a ideia de que essas publicações estavam alinhadas com o pensamento anticolonial de fato não se confirma, pelo menos no conjunto e nas das datas que foram analisados os referidos periódicos. O que fica evidenciado é o propósito de que é necessário melhorias amplas e profundas no próprio colonialismo português. Pensam em uma reforma, não em uma revolução ou independência. Nas reportagens acima exemplificadas fica evidente o caráter questionador das mesmas, mas em nenhuma oportunidade ocorre a preocupação de forma reflexiva ligando a situação do nativo ao próprio sistema colonial. Não há um sentimento de separação de Portugal, e sim a intenção de que Moçambique seja uma colônia rumo à jornada civilizatória.

Refletir sobre a formação do pensamento anticolonial na imprensa moçambicana é, por sua vez, realizar um esforço no sentido de pensar as singularidades históricas que envolvem esse processo e lançar luz a um campo de estudo pouco explorado. A constituição desse anticolonialismo guarda especificidades importantes a serem pensadas, e

este é um exercício de fundamental importância, na medida em que contribui para o avanço do conhecimento da História da África e de Moçambique e do pensamento político e social africano. Ao mapear as formas de resistência e contestação ao colonialismo é preciso ter atenção para identificarmos o que é contestação e o que é libertação.

Ao se debruçar sobre esses jornais é necessário que atribua-se a eles suas grandezas e limitações. Apesar dos conteúdos analisados não corresponderem as hipóteses lançadas anteriormente a pesquisa (de que seriam promotores e difusores de um pensamento anticolonial) de maneira alguma estes devem ser tratados como algo a ser desconsiderado. O que podemos constatar é que por mais que exista um posicionamento crítico e contestador esse não pode ser compreendido como anticolonial e muito menos independentista. No entanto, devemos reiterar que os jornais foram fundamentais para a denúncia da situação da colônia e dos nativos. É importante ter em mente, especialmente quando pensamos em *O Brado Africano*, que esta pesquisa termina seu recorte temporal em 1935.

Referências

GRABAUSKA, Fernanda. HOHLFELDT, Antônio. **Pioneiros da imprensa em Moçambique João Albasini e seu irmão**. Brazilian Journalism Research - Volume 6 - Número 1 – 2010.

HERNANDEZ, Leila Leite. **Movimentos de resistência na África**. Revista de História, Brasil, n. 141, p. 141-149, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18887>>. Acesso em: 28 Nov. 2014

_____. **Os filhos da terra do sol**. A formação do Estado-Nação em Cabo Verde. São Paulo: Selo Negro, 2002.

_____. **Elites africanas, ideias emancipatórias e nacionalismo anticolonial**. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo (org) . Encontro de Estudos Africanos da UFF. Niterói: PPG História – UFF, 2012.

LARANJEIRA, PIRES. **Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa**. Revista de Filologia Românica. Anejos, 185-205, 2001.

NOA, Francisco. **Literatura Moçambicana: os trilhos e as margens**. In: CALAFATE, Ribeiro. MENESES, Maria Paula (Orgs). Moçambique das palavras escritas. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

_____. **A escrita infinita**. Maputo: Livraria Universitária Eduardo Mondlane, 1998.

OLIVEIRA, J. J. **O Nascimento de Um Discurso Emancipatório Dentro e Fora da África no Século XX**. Revista Científica Semioses, v. 4, p. 8-10, 2008.

_____. **As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial**. O marrare, v. 8, p. 42-50, 2007.

ROCHA, Ilídio. **A Imprensa de Moçambique. História e Catálogo (1854-1975)**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

SANTILLI, Maria A. **Estórias Africanas: história e Antologia**. São Paulo: Ática, 1985.